

Interesse nacional

Com a economia interna colocada sob controle de um programa rigoroso de estabilização, dentro do qual se destaca a mais drástica política monetária já praticada no País, desfecha o presidente Fernando Collor operação na frente externa para equacionar o problema da dívida contraída no plano internacional. A precedência conferida às questões econômicas com repercussão interiorizada serve à conveniência de mostrar aos credores postos além fronteiras que o Brasil, ao submeter-se a exasperante dieta de austeridade, cultiva propósito resolutivo de aplicar o princípio à negociação da dívida.

Os operadores do mercado internacional de crédito já devem estar conscientes de que o governo brasileiro não ousaria reformas internas tão revolucionárias para, atrelado a uma contradição inconciliável, ceder a propostas de negociações convencionais. A política não é apenas a arte de apaziguar questões delicadas, mas, acima de tudo, de transformá-las numa realidade nova, capaz de erguer-se sobre conceitos cediços ou já condenados à obsolescência.

Enquadra-se nos precisos termos de semelhante postura política a decisão tomada pelo presidente da República de subordinar o pagamento de compromissos pendentes, a título de juros e outras obrigações, à celebração de um acordo global. Aliás, o atual governo receber a moratória vigente, embora não declarada, no formidável conjunto de problemas legados pela administração anteri-

or. São 5,3 bilhões de dólares de atrasos com vencimento a partir de junho do ano passado, quando as reservas brasileiras entraram em declínio.

Ora, resgatar esses encargos sem conhecimento prévio do processo de amortização a ser seguido doravante é convalidar uma situação já considerada insustentável pelos próprios credores e dirigentes das nações industrializadas, entre os quais George Bush e François Mitterrand. Portanto, censuras ao governo brasileiro, aqui e ali formuladas por agentes irredimidos do crédito privado, não guardam vínculo algum com aquela realidade nova já diagnosticada pelo Brasil, segundo a qual não há mais espaço no mundo para imposição de vontades unilaterais.

A premissa básica de tão controvertida questão, de regra deliberadamente descartada, é a de que este país jamais deixou de honrar compromissos pactuados com o sistema financeiro internacional. E o faz até com um certo comportamento perdulário, pois dos 111 bilhões hoje lançados em seu passivo já foram pagos, nos últimos 20 anos, nada menos de 123 bilhões de dólares, a título principalmente de juros. O Brasil deseja apenas negociar uma condição mínima, que é justamente a de estabelecer limite adequado à transferência de divisas ao exterior por conta da dívida, com o objetivo de não comprometer o seu processo de desenvolvimento. No caso, decisão inegociável tomada pelo atual governo para resguardar o interesse nacional.